

GEOGRAFIA E ONTOLOGIA NO DEBATE DOS FEMINISMOS

GEOGRAPHY AND ONTOLOGY IN THE FEMINIST DEBATE

 Mariane Biteti ^A

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 21/02/2022 | 29/06/2022 **DOI:** 10.12957/tamoios.2022.65547

Correspondência para: Mariane Biteti (bitetimariane@gmail.com)

Resumo

O artigo parte de uma leitura ontológica da teoria geográfica, buscando aproximações e permeabilidades com as teorias feministas. Para tanto, traz como objetivo pontuar a existência de uma geograficidade dos feminismos, relativa aos distintos modos de ser-estar mulher no mundo. O reconhecimento da diversidade das formas possíveis de existência encontram, no entanto, limites impostos por estruturas que se reproduzem na produção do espaço social em diferentes escalas, dentre as quais os corpos das mulheres em sua corporeidade, diante do que pensamos as estratégias do margear.

Palavras-chave: Geograficidade, feminismo, corpo, margear.

Abstract

The article starts from an ontological reading of geographic theory, seeking approximations and permeabilities with feminist theories. In order to do so, it aims to point out the existence of a geography of feminisms, related to the different ways of being a woman in the world. The recognition of the diversity of possible forms of existence finds, however, limits imposed by structures that reproduce themselves in the production of social space at different scales, among which the bodies of women in their corporeality, in view of what we think of the strategies of bordering.

Keywords: Geographicity, feminism, body, bordering.





INTRODUÇÃO

Esse texto surge com o objetivo de discutir algumas aproximações teóricas entre a teoria geográfica e a teoria feminista. Acreditamos que essas aproximações podem trazer contribuições para a geografia, não só ultrapassando os limites das definições de um campo ou de uma particularidade, como também um sentido de reflexão epistemológica mais amplo. Além disso, partimos do pressuposto que o nosso referencial teórico tem enorme relevância para o tratamento das questões do feminismo, desde a geografia para fora, razão pela qual deva estar dentro.

As reflexões epistemológicas constituem a nossa preocupação mais imediata, no entanto, podemos antecipar que estabelecemos como um pressuposto fundamental ir além da epistemologia, no sentido de uma ontologia. Podemos dizer que existe um debate na geografia brasileira, sobretudo a partir dos anos setenta com Armando Corrêa da Silva, sobre a importância da reflexão ontológica no contexto do que se convencionou chamar de renovação crítica. Entendemos que a latência das abordagens mais contemporâneas que convocam a uma geografia dos sujeitos, tensiona mais uma vez a epistemologia geográfica para ir ao encontro de outras matrizes e referências epistemológicas e, também, ao mesmo tempo, ao encontro da reflexão ontológica, tal como podemos ver nas abordagens descoloniais, étnico-raciais e de gênero e sexualidade.

Em nosso texto, a mediação ontológica é uma necessidade, não como um ponto de partida ou um princípio de onde tudo mais deve derivar, mas por considerarmos que há questões que exigem um tratamento ontológico e, na particularidade desse texto, talvez seja essa a nossa maior contribuição. Portanto, nos colocamos frente ao desafio de pensar o que seria a geograficidade dos feminismos nos distintos modos de ser-estar mulher no mundo, também como uma questão fundamental para a compreensão da geografia do capitalismo e de suas formas de acumulação e reprodução no espaço geográfico.

Primeiramente iremos apresentar a nossa compreensão da categoria da geograficidade, tendo em vista a sua presença nas teorizações da geografia quando do diálogo com a filosofia,

e por entendermos que se trata de uma categoria que faz a mediação ontológica que aspiramos. Dito isso, buscaremos compreender como tais modos de existência são duramente afetados pela organização capitalista do espaço, e como isso se reproduz de modo escalar no corpo das mulheres em sua relação de corporeidade como ser-no-mundo, seja como dominação, reificação, seja como força ou devir. Lançamos mão de algumas reflexões teóricas que demandam um maior aprofundamento, sabemos. Mas supomos que o esforço de organizar ideias de outros campos tentando construir um nexos geográfico, é uma necessidade posta pelos momentos de crítica epistemológica. Talvez por isso, tal como nos ensina Guimarães Rosa “Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”.

A GEOGRAFICIDADE COMO CATEGORIA ONTOLÓGICA

A geograficidade para nós aparece como o sentido geográfico do ser-estar no mundo. Trabalhamos com as categorias sartrianas do em-si-para-o-outro-para-si, presentes em sua grande obra filosófica *O Ser e o Nada* (1997), mas dotando-as das referências geográficas. Aproximamo-nos das concepções trazidas por Ruy Moreira (2006), Élvio Martins (2017) e Roberto Lobato Corrêa (2018), na medida em que esses geógrafos, ao buscarem definir o estar da existência, o fazem de um ponto de vista geográfico. Ruy Moreira assim o faz, considerando a coabitação dos entes no espaço, dentre os quais os homens que, de acordo com



a escalaridade ou referencialidade do olhar espacial, veem o mundo como localização, distribuição e extensão. Elvino Martins considera a ordem tópica da relação sociedade-natureza como um fundamento geográfico que se constitui pela localização e distribuição dos entes em relação uns com os outros. Roberto Lobato Corrêa interpreta que a espacialidade se produz pelo olhar do geógrafo para a diferenciação espacial, no qual a localização, a escala e o arranjo espacial são as referências.

Consideramos que esses geógrafos nos permitem pensar não só a geografia na relação com o conhecimento, mas também a geografia ligada às formas espacializadas da existência. E ainda que esse texto não pretenda esmiuçar o conteúdo trazido pelos mencionados autores, isso que apresentamos, preliminarmente, está presente a todo momento como um espectro. É na esteira desses geógrafos que o nosso propósito de pensar que existe um sentido geográfico nos feminismos, alimentado pela ontologia de Sartre, ganha fôlego.

O em-si sartriano tem um sentido de facticidade do ser, refere-se a sua topologia, quando o ser é lançado no mundo, isso que geograficamente designamos por localização. O para-o-outro assume inevitavelmente um sentido de alteridade, através das relações que se estabelecem entre os entes, sejam eles humanos ou não, incluindo aí a materialidade do mundo, mas também seus elementos simbólicos. Podemos dizer que essas relações demandam uma dada referência espacial, de tal modo que geograficamente a localização se arruma como distribuição. O para-si relacionamos à geograficidade, uma espécie de síntese geográfica que se produz como consciência posicional, já que é parte das relações estabelecidas como movimento de ordenação das experiências vivenciadas, naquilo que podemos definir geograficamente como o arranjo espacial.

É a partir dessa relação do em-si-para-o-outro-para-si que supomos poder abordar, ontologicamente, e desde a geografia, a escalaridade do ser-estar mulher no mundo. Dito de outro modo, como a localização, a distribuição e os arranjos espaciais, reproduzidos nos distintos contextos socioespaciais, implicam em modos específicos de estar mulher, condicionando, portanto, a variedade de enfoques das teorias feministas. Mas, para isso, é preciso ressaltar que a dinâmica ou processo em que o estar no mundo nos produz como ser no mundo, na medida em que podemos nos reconhecer como parte de um mundo que nos pertence, é duramente afetado pela organização capitalista do espaço. E, por isso, diante dessa dialética como modo de ser, podem ocorrer falhas ou rupturas no movimento da consciência, sejam elas pela reificação ou por uma alienação espacializadas.

Se consideramos aqui o modo de produção e reprodução capitalistas como fontes da reificação ou da alienação, torna-se importante definir os níveis ou modos distintos em que isso ocorre. Afinal, a produção e a reprodução do capitalismo, no espaço, não produzem um só arranjo, mas um arranjo que é resultado das diferentes arrumações e ordenações do capital. Por isso, inclusive, que o olhar para as diferenças espaciais é tão importante, da mesma forma que importa considerar que tal arranjo não afeta da mesma maneira os sujeitos implicados nessa dinâmica. Assumimos, portanto, como um pressuposto desse texto, tentar compreender alguns dos arranjos espaciais tomando como referência o corpo feminino em sua escalaridade.

O corpo feminino é uma escala privilegiada de compreensão da dinâmica do capitalismo, e isso é revelado desde a sua localização, quando é alvo preferencial da violência doméstica e familiar; isso também ocorre quando a esse corpo é negado ou limitado a livre mobilidade. Diante das relações de alteridade, esse corpo é sempre o outro produzido de maneira desigual, e, portanto, alienado de sua possibilidade de existir como corporeidade, tornando-se um corpo “condenado” a se fechar, a constringer a sua existência ao modo reificado do em-si, o que significa reduzir a sua potencialidade escalar como algo que pudesse



lhe assegurar uma existência mais livre. Essa dinâmica se assemelha ao que A. Mbembe chama de “práticas de imobilização” (2021, p.172).

E essa corporeidade feminina, constringida em sua potencialidade de existência, assim o é não somente em razão das questões implicadas ao mundo do trabalho produtivo, o que significaria que as formas da alienação fossem a expressão dos conflitos de classe. A crítica ao capitalismo, feita de um modo ampliado, é uma demanda feminina também em razão do trabalho reprodutivo, esse que fora tomado, profundamente explorado e marginalizado como parte fundamental da reprodução ampliada do capital em sua dinâmica de expansão territorial, dentro e fora do contexto europeu.

Lélia Gonzalez (2018) contribui para essa reflexão ao tratar da evolução desigual e combinada do capitalismo na formação econômica brasileira, segundo diz, marcada pela coexistência de processos distintos de acumulação do capital, dentro de uma lógica de dependência que mescla e reúne diferentes momentos históricos. Lélia Gonzalez ainda afirma que na constituição de uma superpopulação relativa, importante para o desenvolvimento capitalista, produz-se não somente um exército industrial de reserva, mas uma “massa marginal crescente”. Em ambos os casos, nota-se um impacto majorado quando se trata da vida das mulheres negras: “Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (2018, p. 42).

Supomos que essa perspectiva analítica possa ganhar em conteúdo caso olhe para as interseccionalidades dos feminismos, um termo cunhado pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989), e atualmente bastante utilizado em textos e políticas feministas. Em nosso texto, buscaremos compreender as interseccionalidades como partes da crítica aos arranjos espaciais impostos pelo capitalismo, e de modo a considerar a diferença do/no espaço. Ferguson desenvolve bem essa assertiva:

parece útil pensar que os corpos que trabalham não são apenas diferentemente sexuados, eles também são diferentemente especializados em sentido tanto geográfico como social. Todos nós nascemos e trabalhamos para reproduzir o mundo em locais sócio-históricos e geográficos específicos. E a despeito de abstratamente tais diferenças terem poucas consequências, elas são de grande importância concretamente porque esses locais são alcançados de maneira desigual pela desigual dinâmica sempre expansiva do capitalismo (FERGUNSON, 2019, p.25).

Nesse sentido, não somente a classe, mas também a raça, a etnia, a sexualidade, o gênero, são, sim, questões fundamentais da luta anticapitalista em que a geograficidade pode aparecer como uma amarração teórica importante, justamente por buscar sintetizar o contexto relacional da existência nos lugares. Portanto, nesse texto, o reconhecimento de uma interseccionalidade, espacializada pelo estar no mundo, é conteúdo da geograficidade aludida. O fato é que tanto objetivamente como nas formas de produção de subjetividades decorrentes, há muitas estratégias de reprodutibilidade e mecanismos de violência do capital que visam diretamente a existência das mulheres.

Assim, nos colocamos diante de um desafio de mão dupla. Se os instrumentos teóricos-conceituais da geografia permitem pensar a relação do capitalismo no controle do corpo e das formas de existência das mulheres pelo mundo, ousamos dizer que a produção teórica do feminismo, além de visibilizar a existência e a resistência de muitas mulheres no mundo, contribui para um repensar da práxis geográfica. Projetando, inclusive, uma imaginação e uma consciência geográficas renovadas pelo feminismo, num devir mulher da ciência.



A mulher, como sujeito histórico ou ser social, desafia o pensamento desde o momento em que coloca para si mesma e para o outro, o questionamento da sua condição de mulher, tanto no que concerne à sexualidade, ao gênero, ao papel social e, portanto, à identidade. Diante disso, uma abordagem geográfica que contemple as perspectivas trazidas pelas teorias feministas, necessariamente, abre-se ao tema da diferença, da dialética da diferença e da multiplicidade como constituintes do espaço. Assim aparece em algumas propostas de geografia desde a tradição até mais recentemente, em Richard Hartshorne (1978), Ruy Moreira (2007) e Doreen Massey (2008), respectivamente. Sobre isso nos fala Ruy Moreira, apontando um caminho possível de compreensão do tema pela geografia:

Diferença ou dialética? Antes do mais, dialética da diferença. Diferença dialética como conteúdo concreto. Não diferença como mediação da identidade, pura categoria do método da representação. Diferença concreta. (...) E diferença que se reafirma no/como sujeito. Mas também morte do sujeito universal, diante do (re) nascimento do sujeito múltiplo. Morte e nascimento do sujeito, dialeticamente juntos. (...) E diferenças geográficas (mesmo que não olhadas pela geografia como diferenças). Porque geografia de um espaço polissêmico, espaço-produto de um sujeito polissêmico. Por isso, fim da geografia da identidade (do tipo região) e emergência da geografia da diferença (MOREIRA, 2007, p.171).

Assim, a “morte” do sujeito universal na geografia faz “nascer” a mulher como possibilidade de reflexão de uma geografia da diferença, que considere as tensões da alteridade. Obviamente, esse texto está longe de ter um caráter inaugural, mas supomos que diante das produções existentes que temos conhecimento, há abordagens mais recorrentes tentando pensar o que seria uma epistemologia feminista na geografia, sentido teórico, ou, então, trazendo as mulheres a partir das suas experiências, sentido mais prático, ainda que alimentado pela teoria, mas não necessariamente feminista. Nesse sentido, propomos uma reflexão ontológica que parte do estar e é posto em tensão diante das relações de alteridade, produzindo-se disso as geograficidades dos feminismos como sentido geográfico da existência.

Não se trata de uma tarefa livre de problemas. Talvez o maior deles seja a nossa dificuldade em desvincular a ontologia da metafísica essencialista, diante do qual há um risco de afirmar uma natureza ou essência que define e predetermina a condição da mulher. Não pensamos, aqui, numa identidade de essência, ainda que em algumas situações possamos reconhecer a importância em acionar uma identidade de existência, sobretudo diante das disputas políticas, tal como nos sugere Spivak (1985) quando fala de uma essência estratégica ou operacional, provisória portanto. Diante desses desafios, cabe-nos definir melhor as nossas bases de uma ontologia dos femininos como reflexão teórica da geografia.

UMA REFLEXÃO ONTOLÓGICA DAS GEOGRAFIAS DOS FEMINISMOS

Primeiramente, é importante dizer que o que apresentaremos como esquema, são os instantes de um movimento contínuo, o movimento da consciência, o movimento do ser que se constitui a partir do estar na relação com o mundo (BITETI, 2014). Mas agora para pensar concretamente como as mulheres enquanto seres históricos, e cuja geograficidade precisa ser ressaltada para que consigamos trazer novos elementos para a compreensão de como a produção vincula-se à reprodução, como mecanismos da acumulação capitalista nos quais a espacialidade importa.



Inspirada por Simone de Beauvoir, afirmamos que o tornar-se mulher é algo constituído por um conjunto de relações, dentre as quais: políticas, econômicas e familiares, que se distinguem na diversidade do mundo:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Tais relações, diante do projeto totalizador do capitalismo, sofrem interferências diretas que podem ser compreendidas por meio da produção de falhas, crises e rupturas com os projetos de existência. Consideramos que isso ocorra justamente nas formas da espacialização da existência ou do para-o-outro, e quando a falha se dá, produz como efeito a reificação no âmbito do em-si e a alienação no âmbito do para-si. Expliquemo-nos.

Existe um fato contingencial da nossa existência: nascemos, e não escolhemos as nossas vinculações com o mundo. O sentido fático da nossa existência caracteriza o ente, muitos deles são sujeitados a permanecerem na condição de ser-em-si, dimensão ôntica. Quando isso ocorre, diríamos que há uma reificação da existência, isso que não deveria se aplicar à existência humana, pois esta implica em possibilidades, e não em determinação. Ainda que nasçamos com uma determinação biológica do sexo, tal realidade caracteriza-nos como entes que somos, como natureza, corpo biológico dotado de capacidade reprodutiva em potência, mas cuja existência se realiza a partir da relação com outros entes. Não falamos aqui de uma relação afetiva, mas de afetação, uma prerrogativa do contato com aquilo que é estranho.

O outro, o mundo, os outros entes nos colocam na relação em-si-para-o-outro, sentido de alteridade sem o qual nós, entes com sexualidade feminina, não nos vemos como mulheres, gênero feminino e, portanto, não somos necessariamente. Um problema é que a alteridade foi imposta por uma estrutura machista, tanto numa organização patriarcal, como na organização da produção capitalista pautada pela divisão sexual do trabalho. Afirma-se, com isso, um cogito masculino que coloca a mulher como o outro de si, mas numa perspectiva de controle e subordinação. Nesse trabalho, buscamos reconhecer que as outridades são condições para a alteridade, ou seja, todos somos outro dos outros, não como uma imposição hierárquica, mas tal como podemos perceber no *mitsein* heideggeriano ou no ser-com da filosofia bantu do Ubuntu:

O ubuntu não diz respeito a uma essência, não é uma essência no sentido originário, de ser estagnado, imóvel e imodificável. Em outras palavras, ubuntu rompe com o princípio de identidade. O ubuntu é um ser-sendo, um vir-a-ser sendo, que promove uma transformação na realidade a partir de seu agenciamento com outrem. Em sua estrutura, o ubuntu se faz no tempo, promovendo manutenções e transformações na medida em que *faz-fazendo*, agido em constante continuidade no seu estar no mundo. (BITETI; MORAES, 2019, p. 138)

Há inúmeras mediações vivenciadas no espaço do cotidiano que caracterizam o conjunto de relações possíveis entre os entes no mundo, sem as quais o movimento de realização do ser não acontece em sua plenitude. O trabalho, sem dúvida, é a principal delas, mas sobre qual trabalho nos referimos? Buscamos considerar aqui um sentido ontológico do trabalho presente na obra de Karl Marx, cuja definição podemos ver a seguir:

O trabalho é, antes de qualquer outra coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o



metabolismo entre ele e a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo... Através deste movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera a sua própria natureza (MARX, 1998, p. 283).

O trabalho, visto nessa perspectiva do metabolismo, é “atividade de transformação do real pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe” (LESSA, 2002, p.28). Isso conduz ao que Henri Lefebvre, quando se dedica à compreensão do pensamento de Marx, chama de objetividade aprofundada, ou o processo pelo qual o homem “emerge da natureza sem dela se separar” (LEFEBVRE, 1966, p.13). Ou seja, o trabalho realizado como atividade de reprodução da vida e das condições materiais da sobrevivência e da existência, concreto portanto, e não o trabalho colocado a serviço da produção de mais valia e reprodução do capital.

Por isso é fundamental entender que no modo de produção capitalista há falhas metabólicas, dotadas de um significado social, já que são produzidas pela dissonância entre a reprodução da vida e a do capital. Em se tratando das mulheres, consideramos que os efeitos da falha metabólica se particularizem em alguma medida, e podem ser identificados nas práticas de controle do corpo, que interferem na produção da consciência. São esses: a objetificação ou reificação, quando esse corpo serve à reprodução da prole, ou quando serve a uma relação de produção de valor e extração da mais valia, majorada quando o trabalho é feminino, e que por sua vez, contribui para o processo da alienação.

Essa combinação dos efeitos das falhas metabólicas, vivenciadas pelas mulheres no mundo do trabalho, interferem diretamente na sua produção como ser social, podemos perceber essa análise em Silvia Federici, no diálogo que a autora propõe fazer com a teoria do corpo de Foucault:

a análise de Foucault sobre as técnicas de poder e as disciplinas a que o corpo se sujeitou ignora o processo de reprodução, funde as histórias feminina e masculina num todo indiferenciado e se desinteressa pelo “disciplinamento” das mulheres, a tal ponto que nunca menciona um dos ataques mais monstruosos perpetrados na Era Moderna contra o corpo: a caça às bruxas. (FEDERICI, 2017, p.19).

As formas de controle e de violência aos quais os corpos das mulheres são submetidos na origem do capitalismo, em várias partes do mundo: os estupros, a escravização, a caça às bruxas são exemplos de processos que interferem diretamente na autoprodução do ser. Podemos dizer que há uma interferência na relação do em-si-para-o-outro-para-si, pela dificuldade criada em transcender o em-si, de tal modo que nesse plano “O ser não é relação a si, ele é ele mesmo. É uma imanência que não se pode realizar, uma afirmação que não se pode afirmar, uma atividade que não se pode agir, porque é empastado de si mesmo” (SARTRE, *apud* BORNHEIM, p.34).

Dizer que há um projeto de reduzir a mulher ao ser-em-si, reificando seu corpo, vai de encontro ao que Sartre considera, ou seja, a realidade dos objetos e não a realidade humana. Mas a partir dele, queremos com isso dizer que essa condição faz com que as mulheres, cujos corpos foram objetificados, não possam experimentar a condição da nadificação da consciência que caracteriza o para-si, e que isso é uma restrição à liberdade na medida em que essa consciência é determinada por imposições que definem o que as mulheres devem ser. Isso pode ser lido como uma alienação do para-si, já que não há possibilidade de transcender a facticidade, nesse caso a mulher como ser-no-mundo, se vendo como mulher. Talvez as mulheres trans e as travestis consigam efetivar, por meio da nadificação daquilo que lhe é imposto socialmente, uma autoprodução de si como liberdade, e talvez por isso mesmo sejam os corpos mais vulneráveis às violências.



A partir disso, pretendemos reconhecer, mais detidamente, o que seriam as geograficidades das mulheres, para, então, compreendermos o que pode vir-a-ser as geograficidades dos feminismos. A insistência no uso do plural visa dar conta da pluralidade dos modos de ser-estar mulher, que leve em conta as interseccionalidades de classe e raça e, também, a espacialidade como condição da multiplicidade, tal como nos apresenta Doreen Massey (2008). Defendemos a importância de reconhecer a pluralidade dos feminismos como resultado da sua geograficidade, de tal forma que a ontologia, edifício teórico, possa encontrar-se com a política de modo mais evidente.

A GEOGRAFICIDADE DOS FEMINISMOS NO CONTEXTO DA CRÍTICA AO CAPITALISMO

Iniciamos a nossa cartografia das topologias do ser a partir da grande contribuição dada pela filósofa feminista Silvia Federici, quando ela coloca-se diante da necessidade de aprofundar alguns argumentos desenvolvidos em seu livro *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017). Nesse livro a autora investiga a relação do surgimento do capitalismo com a perseguição às mulheres, naquilo que ficou conhecido como caça às bruxas. Posteriormente, diante da permanência das formas de controle, exploração e violência como marcas estruturais do capitalismo em relação as mulheres, e, da mesma forma importante, as especificidades geográficas que marcam o desenvolvimento desigual do capitalismo. A autora retoma, aprofunda e atualiza o tema da caça às bruxas até os dias de hoje, considerando, para além da realidade europeia, como tais práticas se reproduzem na América colonial e, ainda hoje, em países como Gana, África do Sul, Uganda e Índia, como exemplos.

A caça às bruxas tem o seu surgimento têmporo-espacial associado ao que M. Sorre (1961) definiria como um complexo de complexos, ou seja, um fenômeno que ao surgir na Europa se desloca para o “Novo Mundo” diante do empreendimento da colonização. Mas que mantém entre si uma ligação intrínseca, de tal modo que, em relação às violações do corpo feminino e às perseguições das mulheres, há uma superposição, no tempo e no espaço, daquilo que consideramos como práticas coloniais, tanto nas colônias como nas metrópoles, exigindo de nós uma compreensão mais ampla de alteridade dessa relação. Na história do capitalismo, o corpo das mulheres sempre foi uma fonte de acumulação primitiva do capital que se reproduz em espacialidades diversas e coexistentes, num processo expansivo de incorporação por sobreposição.

A geografia do capitalismo emergente, em seu processo contínuo de ampliação das formas de acumulação primitiva do capital, quando se localiza e, a partir daí, se distribui, compõe um dado arranjo espacial que interfere nos distintos modos de vida e, da mesma forma, de morte, num misto de biopolítica e necropolítica, nos apropriando do sentido desses termos cunhados por Michel Foucault (2010) e Achille Mbembe (2018). Vida e morte são ciclos a princípio naturais, respondem ao sentido orgânico da existência. No entanto, a expansão do capitalismo imprime um controle e uma alteração no ritmo desse ciclo, tanto pela apropriação e degradação dos bens naturais, como das vidas humanas, destacadamente das mulheres, gerando aquilo que Karl Marx chama de falha metabólica e István Mészáros de crises sociometabólicas.

Tal processo contínuo e permanente de acumulação do capital, denominado por Samir Amin de “acumulação primitiva permanente” (1974), desde sempre teve um caráter geográfico em relação à sua dinâmica de localização-distribuição-arranjo pelo globo. Essa dinâmica foi há tempos considerada por Rudolf Hilferding (1985), quando tratou da expansão



do capital financeiro, e por Rosa Luxemburgo (1983), que em sua teoria da reprodução ampliada do capital, cria as bases para a compreensão do Imperialismo. Mais recentemente, o geógrafo David Harvey chamará de “acumulação por espoliação”, essas novas estratégias da acumulação primitiva que, segundo diz, por terem uma abrangência expandida, muitas vezes levam a uma fragmentação da luta, de tal modo que essa perspectiva socio-geográfica traz implicações para o feminismo, tal como podemos ver:

a busca da discriminação entre os aspectos progressistas e regressivos da acumulação por espoliação, empenhando-se em dirigir os primeiros rumos a uma meta política mais generalizada dotada de maior valência universal do que muitos movimentos locais, que o mais das vezes se recusam a abandonar sua própria particularidade. Para tal, tem-se no entanto de encontrar maneiras de reconhecer a relevância das múltiplas identificações (baseadas na classe, no gênero, no local, na cultura et.) existentes no seio das populações, os vestígios da história e da tradição que advêm das formas pelas quais essas identificações se constituíram em resposta a incursões capitalistas na medida em que as pessoas se veem como seres sociais dotados de qualidades e aspirações distintivas e muitas vezes contraditórias” (HARVEY, 2014, p.146).

Uma questão que nos parece fundamental, sinalizada por Harvey, diz respeito a um tema sensível aos movimentos identitários e, para a finalidade desse texto, ao feminismo, que aqui protagoniza a nossa intenção de reflexão teórica. Sabemos que os dilemas dos feminismos são, em muitos aspectos, atravessados pelas conjunturas histórica-político-geográficas do capitalismo. De tal modo que reconhecer as geograficidades dos feminismos, numa clara referência ao sentido da espacialidade e, portanto, das diferenciações, que existem nos diferentes quadros do mundo, não pode desistir de projetar um sentido mais ampliado de relações, marcadamente desiguais, por estarem envoltas por uma lógica que transcende as particularidades, aparecendo como verdadeiras estruturas que impõem o domínio e a exploração dos corpos das mulheres, a saber: o patriarcado e o capitalismo. Por isso concordamos com Nancy Fraser quando ela diz:

As aspirações que tinham impulso emancipatório claro no capitalismo organizado pelo Estado assumiram um significado muito mais ambíguo na era neoliberal (...) A ascensão do neoliberalismo coincidiu com uma grande alteração da cultura política das sociedades capitalistas. Nesse período, as reivindicações por justiça foram cada vez mais expressadas como reivindicações pelo reconhecimento da identidade e da diferença. Com essa mudança “da redistribuição para o reconhecimento”, vieram pressões poderosas para transformar a segunda onda do feminismo em uma variante das políticas identitárias. Uma variante progressista, de fato, mas que acabava gastando muito tempo na crítica da cultura, enquanto subestimava a crítica da economia política... O que tinha começado como proposta corretiva necessária para o economicismo recaiu com o tempo em um culturalismo igualmente unilateral. Assim, em vez de chegar a um paradigma mais amplo, mais rico, que poderia abranger tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, as feministas da segunda onda trocaram um paradigma incompleto por outro”. (FRASER, 2019, p.37).

Nancy Fraser apresenta o contexto e um problema, o avanço do neoliberalismo, no plano político e econômico; o pós-estruturalismo e pós-modernismo, no plano filosófico e científico. Diante disso, aponta para a emergência do problema da fragmentação, tal como vimos em Harvey, ainda que nele não houvesse um sentido claro de crítica. Consideramos importante a abordagem de Fraser na medida em que ela possibilita identificar algumas estratégias do capitalismo neoliberal, que mantém sua lógica de expansão das bases da acumulação, agindo por meio da diluição e disseminação de suas práticas em projetos de aparente liberdade individual, o que fomenta a particularização das pautas dos movimentos



sociais. No entanto, supomos que a incompletude da substituição de um paradigma por outro, apontado por Fraser, ao referir-se às ondas do feminismo como marco teórico, faz com que a sua análise fique mais centrada na temporalidade, negligenciando um sentido mais amplo da espacialidade do fenômeno.

Diante disso, entendemos que a contribuição teórica da geografia possa se dar no sentido da apreensão do conteúdo da relação espaço-temporal do feminismo, como elemento da crítica ao capitalismo em seus distintos modos de existir. Milton Santos traz uma luz à questão quando pensa num tempo-espacial, capaz de apreender a “totalidade em movimento como trama” (Santos, 2002, p.160) e, na mesma obra, ao tratar do sentido da atualidade como algo que reúne o universal e o particular, o particular derivando do universal mas na dependência dele, pois, para Santos “O movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização” (idem, p.125).

À perspectiva trazida por Santos, somamos a assertiva de Massey (2005), quando ela critica o fato de que as diferenças espaciais são vistas como sequências temporais. A partir dessas contribuições, tentando refletir sobre a potencialidade de leitura sobre a questão pela geografia, diríamos que é indispensável reconhecer a importância do tratamento da escalaridade como um movimento que permite articular o todo e suas partes, a partir das práticas socioespaciais dos sujeitos implicados (GRANDI, 2019).

A escalaridade como movimento e prática acionada pelas mulheres, e dimensionada pelos seus corpos, potencializa as políticas feministas anticapitalistas. E, também, permite que possamos perceber a força do que existe e está situada para além do centro, manifestando-se, muitas vezes, como potências transgressoras das margens (BITETI; MORAES, 2019).

A ESCALARIDADE DO CORPO E A ESPACIALIDADE DO MARGEAR.

A diferença racial coincide com a diferença espacial, uma vez que a mulher *branca*, que habita o centro, pede à mulher *negra*, que se encontra na periferia, que não entre mas que fique antes nas margens (KILOMBA, 2019, p. 61).

No campo das políticas feministas, há muitas matrizes de abordagens teóricas, disputas simbólicas e mecanismos de luta. Num breve levantamento podemos mencionar: o feminismo marxista, liberal, socialista, descolonial, negro, indígena, fronteiriço, subalterno, alterativo, ecofeminismo, comunitário e, possivelmente, outros. O fato é que todas essas matrizes falam a partir de um lugar, não somente um lugar epistêmico, mas supomos que reivindicam para si uma espacialidade como condição de existência, assim como pudemos ver na citação de Kilomba, e que complementamos com a seguinte menção:

Entre sobrevivência e existência, temos a totalidade diferenciada e articulada dos diferentes tipos de relações que os indivíduos travam em suas vidas, contexto que permite afirmar que o ser é em função de estar onde está, pois determina um existir específico (MARTINS, 2017, p.343).

Podemos dizer que os modos existenciais de estar mulher no mundo implicam em sua espacialização, e que isso ocorre porque envolve corpo e movimento. Não à toa os movimentos e as teorias feministas dedicam-se com frequência ao tema do corpo. Exemplificamos com as definições do “corpo ciborgue” em Donna Haraway (2019), o corpo abjeto em Judith Butler (2019), o “corpo-fronteira” em Gloria Anzaldúa (2012) e o “corpo território” em Marchese (2019).



No início desse texto, a propósito da perspectiva trazida por Federici, apresentamos o fato do corpo feminino ter sido utilizado estrategicamente como fonte de acumulação primitiva do capital. E essa leitura da reificação do corpo das mulheres ganha conteúdos outros diante da expansão das bases de acumulação na história do capitalismo.

O problema é que convivemos com muitas experiências objetivas e subjetivas de reificação do corpo das mulheres, e ainda assim, quando propomos uma base teórica, que visa contribuir na leitura, interpretação e análise desses corpos, por vezes repetimos, na teoria, a reificação da prática. Nesse sentido, a corporeidade das mulheres, como atributo de sua geograficidade, deve ser pensada no movimento, e, portanto, diante da necessidade de pensar a escalaridade do corpo. Supomos que a partir disso é possível pensar o corpo para além do indivíduo, pensando-o como um corpo político, o que alimenta as formas de organização social e as políticas feministas.

Para nós, essa discussão reforça ainda mais o sentido da presença da ontologia no debate do feminismo, seja ou não numa perspectiva geográfica. Na geografia, o que chamamos de geograficidade dos feminismos relaciona-se, como vimos, às formas de existência. Seguimos dizendo que essa existência é localizada, e através do movimento se escalariza, mas isso só acontece porque a nossa existência é corporificada. Elias Lima, inspirado pela fenomenologia de Merleau-Ponty, traz para a geografia uma possibilidade de reconhecimento do sujeito a partir da sua corporeidade, o que para ele define o espaço como a corporeidade do corpo. É justamente o sujeito corporificado que medeia a relação entre a epistemologia e a ontologia na geografia, visto se tratar de um “requisito do ser-no-mundo” (LIMA, 2014, p.89).

Uma tentativa de identificar a presença, negligenciada do debate do corpo na obra de Henri Lefebvre, como uma potência para o desenvolvimento de uma geografia de gênero foi feita recentemente por Joseli Silva, Marcio Ornat e Alides Júnior (2019). Trata-se de um texto necessário devido à reflexão epistemológica que conduz, sobretudo diante do fato reconhecido da influência marcante do pensamento desse filósofo para a geografia. Para os autores, a leitura do espaço, como produto social na obra de Lefebvre, inclui tanto as relações sociais de produção como as de reprodução, e em ambas há um corpo que é espaço, que produz espaço, ao passo que se produz enquanto corpo nesse movimento.

Se na teoria feminista há uma extensiva produção referente ao corpo, é impossível ao escopo desse texto dar conta de apresentar, satisfatoriamente, as nuances do debate. Mas o nosso propósito é, ao refletir sobre as questões colocadas pela teoria feminista, pensar as possibilidades teóricas da leitura geográfica e, refletindo sobre a teoria geográfica, compreender que há particularidades nos modos de ser-estar no mundo que precisam ser consideradas, sob pena de um descolamento da teoria com as práticas espaciais e os modos de vida. Diante desse desafio em estabelecer algumas conexões de fundamentos, fica-nos a impressão, a partir do que já dissemos nesse texto, que existem algumas lacunas que precisamos elucidar melhor, as quais pretendemos reafirmar aquelas que julgamos mais relevantes.

Uma delas diz respeito ao tema da diferença sexual, que se desdobra na discussão do corpo biológico ou corpo social e, por conseguinte, no que se entende da relação sociedade-natureza na geografia. Outra questão diz respeito às alteridades espacializadas, diante do fato da mulher ser produzida como o “outro” só que diante de uma ação de inferiorização, de reificação e, também, de alienação da sua existência, o que implica em formas de controle, opressão e violência desses corpos em sua corporeidade, ou seja, em sua geograficidade.

Por isso, muitas vezes, em busca de uma espacialidade não capturada pelas estruturas e ordens hegemônicas, muitas mulheres precisam se deslocar a todo momento, existindo



numa espacialidade da margem, criando, inventando e lutando por novas formas de sobrevivência e existência. Diante disso, apresentamos o margear como um quase-conceito, que assim o é pelo seu caráter de movimento e pela sua prerrogativa de indefinição, justamente como uma estratégia de não captura. O margear é mais força do que forma, daí ser quase-conceito, como diria o filósofo Jacques Derrida (2016).

No entanto, há limites sempre próximos das margens, e por mais que se desloque ou que se tente transgredir, há interferências diretas e cotidianas no projeto de ser. Isso pode ocorrer quando a presença do corpo das mulheres é negada em paisagens estritamente masculinas, ou quando a relação de alteridade é impedida pela violência, pelo medo, pelo assédio, o que implica numa redução da possibilidade da circulação, mas também da permanência em casa (vide os números alarmantes de violência doméstica). Tais impedimentos vivenciados pelo corpo das mulheres, vai resultar no que dissemos sobre a reificação e a alienação, como uma dificuldade em reconhecer que o espaço produzido como é, seja pelos homens, pelo capital ou pela igreja, permite que as mulheres sejam quem queiram ser, livres de algumas determinações, inclusive da determinação do gênero. Assim:

"Eu, mulher" sou afetada diretamente e na minha vida diária por aquilo que tem sido feito do sujeito da mulher; eu paguei em meu próprio corpo por todas as metáforas e imagens que nossa cultura considerou adequado produzir sobre a mulher. A metaforização se alimenta de meu eu corporal, num processo de "canibalismo metafísico" que a teoria feminista ajuda a explicar (BRAIDOTTI, 1997, p.138).

Diante disso que afirmamos a potência do margear como uma espacialidade que reproduz o movimento dos corpos que, ao vislumbrarem um limite, ousam tentar transgredi-lo (BITETI; MORAES, 2019). Assim como fora proposto por bell hooks (1989), quando reconhece a margem como um lugar que faz parte do todo mas que se afirma como um "espaço crítico", um espaço que se abre a novos discursos e formas de existência. Grada Kilomba afirma que "a margem é um lugar que alimenta a nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar novos mundos e novos discursos alternativos (Kilomba, 2019, p.68). Não há em bell hooks ou Grada Kilomba uma idealização ou romantização da opressão, mas a tentativa de apresentar a complexidade dessa espacialidade da margem. Sobre isso escrevemos recentemente:

O intuito de problematizar essas conformações e de questionar modos de apreensão da relação centro-periferia se dá porque historicamente e hegemonicamente, se privilegia a centralidade em relação à periferia. Pois, mesmo diante do reconhecimento do valor ético, político e epistêmico das periferias, quando se faz, manifesta-se um desejo de alçar a periferia à condição de centralidade. A isso oferecemos uma outra leitura possível, amparada pela compreensão das relações eu-outro do ponto de vista do limite e da transgressão, em que as periferias ou o movimento de periferização aparecem como um horizonte de potência de novas formas de saber, de viver, de habitar e de conviver (BITETI; MORAES, 2019, p. 3).

Assim, buscamos aqui, ainda que preliminarmente, lançar o nosso olhar para o mundo, sobretudo para as margens, não exclusivamente como uma leitura do "sul" global, mas como uma espacialidade que, tal como fala hooks, possui diferentes sítios. E, a partir disso, olhar para as diferentes matrizes do movimento feminista e mesmo para aqueles que não se reconhecem como feministas porque rejeitam o vínculo com a modernidade. Tal como no movimento para a libertação das mulheres muçulmanas, descrito por Sirin Adelbi Sibai (2016); ou, se opondo à construção eurocêntrica de gênero e, também, ao sentido universal de mulher, propõe uma dissolução da categoria gênero na compreensão da estrutura familiar



iorubana, sob pena da incompreensão da potencialidade do feminismo nas culturas africanas, tal como em Oyèronké Oyèwùmí (2004).

Muitas mulheres assumem o margear como uma estratégia espacial de existir de maneira potente e livre, ainda que, em temporalidades reduzidas, e em experiências, que notadamente escapam, tanto dos ditames da ordem instituída, como dos movimentos sociais e ativismos organizados.

No entanto, a permanência no tempo, a possibilidade da repetição e da ampliação dessas estratégias espaciais, configurando uma reprodução do espaço que garanta a desalienação e a liberdade, dependem, em parte, das conquistas históricas desses movimentos. Mas isso não nos impede de criticar posicionamentos que forçam certas vinculações identitárias aos movimentos instituídos, como se somente isso garantisse legitimidade na luta feminista e anticapitalista.

E a espacialidade marginal dos corpos femininos e daqueles que se apresentam como dissonantes revela, em diferentes escalas geográficas, na casa, na comunidade, nos espaços públicos ou privados, as marcas físicas e simbólicas das interdições. De modo que seria possível propor uma cartografia, tomando como referência o corpo feminino como uma escala sintetizadora dos modos de ser-estar mulher no mundo, portanto, uma cartografia das topologias do existir como mulher.

E o existir como mulher sendo uma imposição, uma escolha ou uma representação, de todas as maneiras, tem sido uma condição que convoca à luta permanentemente. Obviamente não há uma homogeneidade das pautas, afinal, existir como mulher implica em espacialidade e, diante disso, em diferenciações que se reproduzem como interseccionalidades. Mas existe um algo que emerge no margear como experiências da coletividade, de um existir-com que não é somente resistência, senão uma força de transformação da vida, seja nos movimentos sociais feministas, nas comunidades indígenas, nos terreiros do candomblé, no campo e na cidade, tal como podemos ver em Federici:

Hoje, diante do novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social de impedimento de uma completa comercialização da natureza, enquanto produzem o uso não capitalista da terra e formas de agricultura de subsistência. As mulheres são agricultoras de subsistência no mundo. Na África, elas produzem 80% da comida consumida, mesmo com as tentativas do Banco Mundial e de outras agências de convencê-las a mudar a sua atividade para culturas de rendimento (...) Na Índia, nas Filipinas, e pela América Latina, as mulheres estão replantando árvores em florestas desmatadas, perseguindo madeireiros, fazendo bloqueios contra operações de mineração e a construção de barragens, além de liderarem a revolta contra a privatização da água (FEDERICI, 2019b, p.385,386)

Essa longa citação nos permite explorar que a luta das mulheres, independentemente de ser uma expressão dos movimentos feministas, no entanto, coloca um horizonte para a política feminista anticapitalista, justamente por ser uma estratégia de reprodução da vida que disputa com a lógica violenta de reprodução do capital. Muitas dessas experiências mencionadas, coletivas e comunitárias, presentes na realidade das mulheres que margeiam, reúnem elementos que historicamente foram separados pela divisão social, sexual e racial do trabalho e impostas pelo modo de produção capitalista.

Recentemente escrevemos um texto falando da força de duas mulheres, Estamira e Pombogira (BITETI, 2021), uma força que se potencializa no movimento desses corpos que existem desafiando muitos limites. Supomos que tais práticas de sobrevivência, de resistência



e de encantamento que configuram a existência, contribuem para a restituição de um nexos ontológico da relação sociometabólica. Saravá isso possa ser um projeto de liberdade.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. *La acumulación a escala mundial Crítica de la teoría del subdesarrollo. Siglo XXI*, Madrid, 1974.
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. 4ªed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.
- ARENDRT, Hannah. *Liberdade para ser livre*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo, vol.2: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BITETI, Mariane de Oliveira. *O em-si-para-o-outro-para-si: o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico*. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2014.
- _____. *O mal-estar pedagógico e o desafio do Eros*. *Revista Ensaios Filosóficos*, 18, 2018.
- _____; MORAES, Marcelo. *Vidas y saberes periféricos como potencias transgresoras*. Cidade do México: Tlalli. *Revista de Investigación en Geografía*, 2019.
- _____. *Ontologia Ubuntu: natureza ser/com homem*. Livro de atas do EIBEA, 2019.
- _____. *Morte e Vida Pombogira*. *Abatirá - Revista De Ciências Humanas E Linguagens*, 2(4), 101 - 114.
- BORNHEIM, Gerd A. *Dialética Teoria e Práxis*. Ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da Dialética. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1983.
- _____. *Sartre: metafísica e existencialismo*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRAIDOTTI, Rosi. *A política da diferença ontológica*. In: Brennan, Teresa. *Para Além do Falco: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- BUTLER, Judith. *Atos performáticos e a Formação dos Gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*, in: *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais; organização Heloisa Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- _____. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Caminhos Paralelos e Entrecruzados*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé W. *Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167: 1989.
- DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Felix. *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução: Miriam Schnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- FANI, Ana. *A "Geografia Crítica" e a crítica da Geografia*. *Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (3), 1 de agosto de 2007.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- _____. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- _____. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019b.
- FERGUNSON, Susan. *Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. O problema da interseccionalidade e das relações entre raça, classe e gênero visto de uma perspectiva dialética*. In: *Revista Movimento: crítica, teoria e ação*. São Paulo, 2019.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FRASER, Nancy. *Feminismo, capitalismo e a astúcia da história*. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais; Organização Heloisa Buarque de Hollanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 25-48, 2019.
- GONZALES, Lélia. *Cultura, etnicidade e trabalho*. In: *Lélia Gonzales: Primavera para as rosas negras. Diáspora africana: Editora Filhos da África*, 2018.
- GRANDI, Matheus da Silveira. *A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto*. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGG/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- HARAWAY, Donna. *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais; Organização Heloisa Buarque de Hollanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, David. *Space of Global Capitalism: toward a theory of uneven geographical development*. New York: Verso, 2006.
- _____. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- _____. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985
- hooks, bell. *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Boston: South End Press, 1989.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. *Para Compreender o Pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1966.



- _____. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- LEVINÁS, Emmanuel. Totalidade e Infinito. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1998.
- _____. Entre Nós. Ensaio sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LESSA, Sérgio. Mundo dos Homens: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LIMA, Elias Lopes de. Encruzilhadas geográficas. Notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARCHESE, G. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. *EntreDiversidades*, núm. 13, pp. 9-41, 2019.
- MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. In: Progress in Human Geography, v. 20, n. 2, pp. 219-242, 2000.
- MARTINS, Elvio Rodrigues. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. GEOUSP, São Paulo. Nº21, p.32-52, 2007.
- _____. O Fundamento Geográfico do Homem: Geografia e Filosofia. Tese de Livre Docência Área de concentração em Geografia Humana. Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2017.
- MARX, Karl. Capital vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: Algumas considerações. *Geographia*. Vol. 6, No 12, 2004.
- _____. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MBEMBE, Achilles. Crítica da Razão Negra. Lisboa: Antígona, 2017.
- _____. Necropolítica. Bipoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- _____. Brutalismo; traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- MIES, Maria e SHIVA, Vandana. Ecofeminismo. Instituto Piaget, 1997.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In: Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes, ed. Cátedra, Madrid, 2008.
- MORAES, Marcelo José Derzi. Becos, ruas, marquises e esquinas. In: BORGES-ROSARIO, Fábio; MORAES, Marcelo José Derzi; HADDOCK-LOBO, Rafael. Encruzilhadas Filosóficas. Rio de Janeiro: Editora Apeku, 2020
- MOREIRA, Ruy. Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Pensar e Ser em Geografia, São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. O Pensamento Geográfico Brasileiro, vol. 1 – as matrizes clássicas. Rio de Janeiro: Contexto, 2008.
- _____. A Geografia do espaço-mundo. Conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
- _____. Espaço, Corpo do Tempo. A construção geográfica da sociedade. Rio de Janeiro: Consequência:2019.
- OYÈWŪMÍ, Oyèronké. Conceituando o Gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Volume 1, Dakar, CODESRIA: 2004.
- PIRES, T. A. Geograficidade: necessidades, teorias e usos. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.
- RODRIGUEZ, Enríquez, Corina. Economía feminista y economía del cuidado. Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad, in Revista Nueva Sociedad, n 256, marzo-abril de 2015.
- SARTRE, Jean Paul. O Existencialismo é um Humanismo. Tradução e notas de Vergílio Ferreira. Lisboa: Editorial Presença: s/d.
- _____. Reflexões sobre o Racismo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- _____. Questão de Método. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- _____. O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Vozes. 1997.
- SORRE, Max. El Hombre en la Tierra. Madrid: Labor, 1961.
- SIBAI, Sirin Adelbi. Feminismos islâmicos. Fundación Editorial el perro y la rana: Caracas, 2016.
- SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio José e JÚNIOR, Alides Baptista Chimin. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma Geografia corporificada. In: Caderno Prudentino de Geografia, v.3 n.41. Presidente Prudente: AGB, 2019.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- SPIVAK, Gayatri C. Interview with Angela McRobbie. *Block* (10), pp.5-9, 1985.
- _____. Quem reivindica alteridade? In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais; Organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp 251-270, 2019.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*, 1983.



COMO CITAR ESTE TRABALHO

BITETI, Mariane. Geografia e ontologia no debate dos feminismos. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 6-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.65547>. Acesso em: DD MM. AAAA.